

Caminhos da escalada brasileira



André Ilha

Caminhos da escalada brasileira

André Ilha

Em 1983 este autor escreveu um texto intitulado *Manifesto da escalada natural*, em que procurou analisar o cenário da escalada em rocha da época no Rio de Janeiro e, por extensão, no restante do país. Nele foram apontadas duas encruzilhadas estruturais que precisavam ser superadas naquele momento histórico, sintetizadas nas dicotomias escalada livre x escalada artificial e proteção fixa x proteção móvel, e propôs um caminho a seguir frente às opções conflitantes. Graças à ajuda de amigos, o documento ganhou uma capa, 200 cópias mimeografadas foram distribuídas nos clubes de montanhismo do Rio e provocou um acalorado debate conceitual que se estendeu por um bom tempo e gerou furiosas reações contrárias a algumas das ideias propostas. Mas, enfim, o cenário se estabilizou, basicamente no sentido proposto pelo *Manifesto*.

Para facilitar o entendimento do que era escalada livre, o texto de 1983 foi acompanhado de outro, bem mais curto, chamado *Pontos de apoio*, onde se procurou esclarecer, de forma didática, que uma ascensão onde qualquer forma de auxílio artificial para progressão tivesse sido empregada não poderia ser considerada como tendo sido *em livre*. Um conceito criado na mesma época, o de *Máxima Eliminação de Pontos de Apoio* (Mepa), estimulou uma corrida à repetição em estilo livre de antigas vias conquistadas em artificial, e daí para a abertura de novas escaladas dessa forma foi um pulo, o que deu início ao vertiginoso aumento da dificuldade das escaladas observado desde então. É bastante reconhecido que esse documento estabeleceu a base teórica local para o desenvolvimento da escalada esportiva, com sua ênfase na “cadena”, que nada mais é do que uma ascensão em livre pura conforme sugerida pelo *Manifesto*.

Também é amplamente aceito, hoje, que se deve usar equipamento móvel sempre que possível para proteção das vias de escalada, tanto para redução do impacto físico e visual da nossa presença nos ambientes naturais, quanto para introdução de um elemento a mais de interesse e desafio na escalada, que é o de cada um ser responsável pela colocação da própria proteção, com suas infinitas possibilidades. Infelizmente, esse quase-consenso não impede que boas fendas, às vezes falésias inteiras com fendas, sejam chapeletadas sem dó, mas essas são situações pouco frequentes e que inevitavelmente geram críticas – decerto maiores em certas áreas do que em outras. Mas não há motivo para pessimismo excessivo nesse caso, apenas a necessidade de reafirmação constante de um princípio consagrado.

No Rio de Janeiro, com a concordância de seus autores, algumas vias antigas conquistadas com grampos ao lado de bons sistemas de fendas foram “renaturalizadas”, ou seja, os grampos dispensáveis foram removidos, um exemplo que poderia muito bem ser seguido em outras partes, desde que de forma pactuada e não por decisão unilateral, para se evitar “guerras de grampos”, um conflito onde o grande perdedor é sempre a rocha, um patrimônio natural de todos.

Há muito mais gente escalando com proteção móvel hoje do que na década de 1980, bem mais até do que maus oráculos previram no passado. Iniciativas como o *Trad Festival* do Paraná e a recente criação de uma associação de escaladores tradicionais em Minas Gerais são gestos revigorantes para a escalada móvel em um mundo dominado pela escalada esportiva com densa proteção fixa e ênfase na dificuldade técnica pura e graus elevados, de apelo hipnótico para alguns – ao ponto de ignorarem outros valores, dos quais precisam ser sempre lembrados. E se naquele que é talvez o principal centro de escalada esportiva do país, a Serra do Cipó, os fortes escaladores locais nesse estilo se comprometeram a preservar as vias com proteção móvel lá existentes e a não instalar proteções fixas ao lado de boas fendas não escaladas (ainda que nem sempre a prática corresponda ao discurso...), inclusive removendo as chapas instaladas no passado que violaram esse princípio, então há espaço para que gestos semelhantes possam ocorrer em outros picos de escalada esportiva pelo país. É um processo em curso, não linear, porém com mais avanços do que retrocessos, mas a guarda nunca pode ser baixada, especialmente devido a fatores dos quais trataremos adiante.

As últimas quatro décadas

De 1983 até o presente a escalada no Brasil passou por transformações profundas, e muita coisa significativa, boa e ruim, aconteceu. Os anos 80, por sinal, foram uma década vibrante, em que, por exemplo, surgiram os mais revolucionários avanços em termos de equipamento: a invenção dos friends e das sapatilhas de borracha ultra aderente (*goma cocida*); a introdução das furadeiras elétricas; e a disseminação do uso do magnésio na escalada. É claro que depois disso houve aperfeiçoamentos importantes e mesmo algumas inovações úteis, mas nada que impactasse tanto a prática do esporte como os itens citados acima.

A escalada em rocha se diversificou de forma notável desde então. Surgiram novos estilos, técnicas e equipamentos; foi introduzido o conceito de competição direta no esporte, em muros artificiais; novos grupos de usuários passaram a frequentar as montanhas e outros ambientes naturais que antes eram território exclusivo dos membros dos clubes de montanhismo e de alguns poucos aventureiros avulsos; e, sobretudo, influências do mundo externo à escalada introduziram pressões significativas sobre a prática do esporte, algumas capazes de afetar a sua própria essência tal como ele foi concebido, com seus princípios, valores e limites.

Voltaremos a isso mais à frente para tentar compreender melhor as encruzilhadas atuais, mas aqui cabe lembrar que os dilemas da época do *Manifesto da escalada natural* eram menos numerosos e de mais simples compreensão do que os dos dias de hoje, pois eram binários: podiam ser reduzidos a *sim* ou *não*. Escalar em livre ou não escalar em livre; escalar com proteção móvel (sempre que possível) ou não escalar com proteção móvel. Atualmente, com a multiplicação de estilos; com o advento do profissionalismo e de outros interesses comerciais associados à visita em áreas naturais; com a agitação insana das redes sociais; e, sobretudo, com a invasão das montanhas – das “nossas” montanhas – por uma legião de outros públicos (rapeleiros, highliners, corredores, mountain bikers e, sobretudo, turistas de aventura e turistas comuns que se aventuram), o cenário é muito mais complexo. Como peixes em um aquário, os interesses desses grupos

se movimentam em todas as direções, às vezes convergindo, às vezes colidindo com outros interesses. Tentar entendê-los é o primeiro passo para se buscar uma solução para os problemas decorrentes de tantas novidades.

A diversificação da escalada

Da década de 1980 para cá a escalada em rocha no Brasil, como uma árvore, se dividiu em diversos ramos. Alguns não eram exatamente novos, como é o caso do bouldering, mas ganharam importância e significado próprios, além de uma legião de praticantes preferenciais, alguns exclusivos. Vamos ver quais são e fazer alguns breves comentários sobre cada um desses ramos, ou melhor, desses estilos.

A escalada na forma como era tradicionalmente praticada, com vias abertas de baixo para cima, em livre sempre que possível e (em tese) com proteção móvel também quando possível, passou a ser referida como **escalada tradicional**. Foi até proposto por Antonio Paulo Faria, de forma pertinente, o termo “escalada tradicional brasileira”, por admitir o uso de proteções fixas quando indispensável, para diferenciá-la do conceito anglo-saxão de *traditional (trad) climbing*, reservado para vias exclusivamente em móvel. As polêmicas sobre fendas grampeadas ou chapeletadas diminuíram, e o sentimento predominante é que friends, nuts e outras formas de proteção removível devem ser sempre usadas de forma preferencial, e que violações a esse princípio são transgressões que não deveriam ter acontecido, pois eliminam uma alternativa de proteção desafiadora e de possibilidades de uso relativamente escassas. A escalada tradicional é a herdeira direta da concepção original do montanhismo e, como tal, serve de parâmetro para comparação com os estilos mais recentes, que dela se divorciaram com o tempo.

O **bouldering** sempre foi praticado entre nós, fosse como treino para “escaladas de verdade”, sob a curiosa denominação de “fazer campo-escola”, fosse como brincadeira despretensiosa, para passar o tempo ou para preencher as horas restantes depois de uma via mais longa. Mas a partir da década mágica de 1980, onde despontou como rei incontestado do estilo o escalador carioca Paulo Bastos, o “Paulo Macaco”, o bouldering passou a interessar cada vez mais os jovens escaladores pela sua ênfase na dificuldade extrema, pelo seu caráter fortemente socializante e pela simplicidade (e economicidade) dos equipamentos necessários: sapatilhas, magnésio, uma escovinha e, agora, os desengonçados crash-pads, que estimularam o surgimento de uma versão extrema batizada de highballing, cujos limites para a escalada solo são difusos.

O bouldering experimentou um crescimento exponencial desde então, e hoje há muitas pessoas que só praticam esse estilo que, de certa forma, pode ser considerado o mais puro dentre todos, pois preza o movimento pelo movimento, o fluir por um pedaço de rocha com elegância e precisão – além de muita força, claro. O bouldering nunca despertou grandes polêmicas, salvo pela ocasional disputa sobre se determinada linha deveria ser encarada como highball ou como via esportiva curta com proteção fixa, e seus impactos – pisoteamento excessivo de bases e poluição visual por magnésio – são manejáveis.

Uma ruptura dramática com o passado, no entanto, ocorreu com a introdução da competição direta na escalada, com regras rígidas, cronômetros e juízes, tal como nos

esportes convencionais, pela chamada **escalada de competição**. Os escaladores em todo o mundo, antigamente, se orgulhavam de praticar uma atividade a salvo disso tudo, e esse orgulho, no Brasil, era sintetizado pela autoatribuída expressão “esporte diferente”. A competitividade inerente à nossa espécie, no entanto, falou mais alto, e foi um autêntico choque quando os primeiros eventos competitivos foram promovidos na mesma década de 1980 em falésias naturais como Arco e Bardonecchia, na Itália, e em algumas outras poucas depois disso. Contudo, devido aos graves impactos que causaram, em virtude de modificações irreversíveis na rocha para adaptá-la às necessidades do momento, logo esses eventos foram transferidos para muros artificiais onde permanecem até hoje, em um universo mais ou menos paralelo aos demais estilos (com os quais, claro, compartilham os equipamentos, as técnicas e os movimentos), porém sem mútua interferência direta.

A escalada de competição divergiu tanto do corpo principal da escalada que, conceitualmente, integra uma categoria esportiva diferente. Enquanto os demais estilos, de acordo com a definição oficial do Ministério dos Esportes, se enquadram no conceito de “esportes de aventura”, a escalada de competição se ajusta melhor ao de “esportes radicais”. Estes mantêm a mesma previsão de assunção de *riscos calculados* daqueles, porém não mais no ambiente natural inalterado, mas, sim, *em ambientes controlados, podendo ser artificiais*. No Brasil, como em outros países, houve um cisma na Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME) e, após divergências acaloradas, foi fundada uma entidade específica para cuidar da escalada de competição, a Associação Brasileira de Escalada Esportiva (ABEE). Foi uma boa solução, já que os dois segmentos possuem interesses e agendas muito distintos, e a convivência forçada sob um mesmo estava gerando tensões significativas, ruins para os dois lados. A introdução da escalada de competição nos Jogos Olímpicos de 2021 e a proliferação de muros de escalada, hoje comuns até em parques urbanos e festas infantis, aumentaram bastante, como era de se esperar, a visibilidade e o interesse nesse estilo, com consequências ainda não avaliadas de forma adequada.

A **escalada de grandes paredes** (big-walls) não conta com muitos adeptos entre nós. Mesmo assim, algumas vias notáveis desse tipo foram feitas aqui e ali, com destaque para aquelas da Face Oeste da Pedra do Sino, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, e em alguns dos grandes pontões capixabas e mineiros. Pode-se dizer que big-walls nada mais são do que grandes escaladas tradicionais acrescidas da pesada logística para se viver em uma parede rochosa por dias a fio. Por suas características, não interfere e nem é interferida por outros estilos e, assim como o bouldering, é praticada em uma bolha mais ou menos isolada do resto.

Já o advento daquela que se convencionou chamar, a partir de determinado momento, de **escalada esportiva** (onde se oferece máxima proteção fixa para que o escalador se concentre somente na dificuldade técnica pura), trouxe consigo notáveis realizações e alguns problemas importantes. Para começar, com vistas a aumentar o desempenho individual ela também promoveu uma grande ruptura com a escalada tradicional, que foi a equipagem de vias com corda de cima, abandonando assim um princípio básico original do esporte que era escalar qualquer coisa – parede, falésia ou bloco – de baixo para cima. A origem histórica dessa mudança é marcada, dentre outros, por um episódio pitoresco, que vale a pena ser lembrado, tal o impacto dessa nova postura sobre a escalada em todo o mundo.

A escalada livre era valorizada nos países de cultura anglo-saxã e na Alemanha; porém na França, mesmo nas paredes de pequeno tamanho, devido à influência da escalada alpina, o objetivo era escalar rápido, utilizando-se liberalmente as proteções como agarras. Graças à sua formação na escalada livre, os escaladores ingleses Pete Livesey e Ron Fawcett, em uma visita a Verdon no ano de 1973, repetiram em livre clássicos locais que eram feitos com o uso de pontos de apoio artificiais, como *Necronomicon* e *Triomphe d'Eros*, o que teve um efeito devastador na autoestima dos locais. Algo precisava ser feito para reparar essa infâmia e, para tanto, os franceses subverteram a ética prevalente e passaram a equipar e ensaiar com corda de cima novas vias de dificuldade elevada para só então guiá-las sem o uso de apoios artificiais. Isso, óbvio, os deixou em clara vantagem frente a quem basicamente escalava de baixo para cima, e assim o troco foi dado em 1985, quando Jean-Baptiste Tribout e Antoine Le Menestrel visitaram a Inglaterra e, devido à sua condição técnica superior, adquirida graças ao descumprimento das antigas regras do jogo, despacharam rapidamente *Revelations*, a escalada mais difícil do Reino Unido à época, e Le Menestrel, num toque de sadismo, ainda a solou em seguida, o que deixou os britânicos atônitos.

Esse singelo episódio da milenar rivalidade anglo-francesa ilustra um movimento que teve implicações profundas sobre a escalada como um todo, e é representativo do nascimento de um estilo que, graças à comodidade psicológica (no tocante a quedas) que oferece, e ao imenso apelo que os números (graus) elevados exercem, especialmente sobre os mais jovens, sempre muito competitivos, experimentou um crescimento exponencial de lá para cá.

Todos esses estilos, além de outros não aplicáveis ao Brasil por serem exclusivos das altas montanhas nevadas, podem ser entendidos como “jogos” independentes (ainda que obviamente relacionados entre si), cada qual com um conjunto específico de regras e limites no sentido dado por Lito Tejada-Flores no seu seminal artigo *Games Climbers Play*, de 1967. Nele, o autor observa que os conflitos entre os escaladores surgem quando regras de um estilo, ou jogo, menos restritivo são aplicados a outro mais restritivo. Um exemplo extremo e caricato: escadas são aceitas para se transpor gretas no Himalaia no estilo “escalada de expedição”; mas se uma escada for usada para se vencer um bloco ou uma falésia, isso despertará risos e indignação caso alguém pretenda que essa seja uma ascensão válida, pois houve, neste caso, o emprego de um meio desproporcional à dificuldade e acessibilidade do desafio. Os estilos “bouldering” e “escalada esportiva” são muito mais restritivos do que as expedições em alta montanha, daí o conflito. Ética na escalada, portanto, nada mais é, segundo Tejada-Flores, do que se respeitar o conjunto de regras de cada estilo/jogo específico.

Um exemplo menos extremo e bem mais comum é quando proteções fixas para escalada esportiva são instaladas ao lado de boas fendas, impactando diretamente o estilo “escalada tradicional”, que é mais restritivo nesse sentido, e esse tem sido um problema recorrente na escalada brasileira. A obsessão pelos graus e pelo privilégio de ter o nome mencionado no próximo guia, aliada à ausência de conhecimento histórico e de prévia orientação ética por uma parte dos novos escaladores (especialmente aqueles que tiveram nos muros artificiais ou em smartphones a sua porta de entrada para o esporte), leva, por vezes, a situações bastante prejudiciais à diversidade da escalada como um todo.

Bem, discutida rapidamente a diversificação dos estilos dos anos 80 para cá, é hora de vermos que outros problemas e desafios a escalada brasileira atual enfrenta, começando por aquilo que é, ou deveria ser, axiomático – os alicerces cuja corrosão compromete o restante do edifício.

Duas regras inegociáveis

Mesmo com a maior abertura possível para novidades, há duas regras que se não forem sempre, como sempre foram, consideradas cláusulas pétreas da escalada, o caos rapidamente se instala: a integridade da rocha e o respeito às vias alheias. Em outras palavras, jamais se deve cavar ou (deliberadamente) quebrar agarras, nem instalar ou remover proteções fixas das escaladas de outras pessoas sem o seu consentimento ou de quem legitimamente as represente.

Cavar ou quebrar agarras é, na perspectiva proposta por Tejada-Flores, um gesto de arrogância que danifica para sempre o próprio tabuleiro onde os escaladores jogam os seus jogos, pois a superfície rochosa que usamos para nos divertir é um recurso natural não-renovável e não-reparável. Agarras cavadas surgem em duas circunstâncias, ambas injustificáveis. A primeira é quando alguém, inconformado por não conseguir fazer um lance de alguma via existente, cava uma ou mais agarras para passar daquele ponto e depois se gabar de que conseguiu repeti-la. Só que a partir dessa alteração irreversível da rocha, nem ele (ou ela) nem ninguém mais fará *aquela* escalada, pois parte de sua dificuldade foi reduzida a marretadas, restando em seu lugar não mais do que uma versão domesticada para benefício de um indivíduo ou grupo.

Esse gesto seria apenas patético caso não condenasse o restante da comunidade, para todo o sempre, a não poder desfrutar mais a via em seu estado original. Diversas linhas históricas do Rio de Janeiro foram danificadas dessa forma, provavelmente pelo mesmo indivíduo ou grupo, cuja identidade é desconhecida, mas há outras Brasil afora. Mesmo o argumento de que se trataria de um gesto altruísta, para facilitar a vida de outras pessoas (amigos, clientes ou público em geral), poupando-as da frustração insuportável de não conseguir fazer um lance, não se sustenta pelas razões já expostas. Isso sem falar no preocupante caráter antipedagógico da iniciativa.

A segunda circunstância em que agarras são cavadas é no processo de abertura de novas escaladas, para “aumentar o nível” ou para conectar dois segmentos de uma via qualquer separados por um trecho considerado insuperável em livre. Nesse caso, o que ocorre na verdade é que o nível da via está sendo *rebaixado* mediante uma trapaça. Não raro, vias abertas com agarras cavadas pouco tempo depois são repetidas sem elas, mas aí o dano já está feito – e vale insistir que ele é irreversível.

Diversas vias foram abertas com agarras cavadas ou melhoradas bem abaixo do limite corrente, e há áreas onde esse recurso parece ter sido empregado com liberalidade nas vias mais duras. Alega-se por vezes, em casos assim, uma suposta “ética local”, que nada mais é do que ausência de ética geral. Da mesma forma que uma lei municipal ou estadual não pode ser mais permissiva do que uma federal (embora possam ser mais restritivas, o que *também* se aplica ao nosso caso), não é admissível uma “ética local” que

viole grosseiramente os princípios e valores tradicionais do montanhismo nacional e mundial.

Conceitualmente, não há diferença alguma entre uma agarra cavada ou melhorada em uma via negativa e os largos degraus esculpidos no costão final da trilha do Pico da Tijuca, no parque nacional homônimo. Ambos são modificações artificiais na rocha para facilitar a passagem de alguém por um trecho específico. Varia apenas a inclinação da parede e o tamanho da agarra.

Isso nos leva, então, à questão do precedente. Se as escaladas mais difíceis no mundo estão, no momento em que estas linhas são escritas (2022), em torno de 9c francês, e agarras são cavadas no Brasil para viabilizar linhas de no máximo 8c/8c+, portanto muito longe do topo da tabela (embora mais longe ainda do acessível à maioria dos demais escaladores), então porque alguém que escale na faixa de, digamos, VI ou VII (grau brasileiro) não se sentiria autorizado a adaptar ao seu nível de habilidade, com marreta e talhadeira, linhas que lhe pareçam muito difíceis? Ou quem escale IV ou V? Ou menos ainda, retornando ao exemplo do Pico da Tijuca? Qual a diferença *qualitativa*? Nenhuma.

Olhando-se por outro ângulo, também não existe diferença *qualitativa* entre o uso de uma agarra cavada ou de uma chapa ou grampo como apoio direto para progressão. Ambos são artifícios para se superar um trecho de rocha natural onde, de outra forma, acredita-se não ser possível passar pelos próprios meios. Agarras cavadas jamais deveriam existir, e as que existem bem poderiam constar como A0, ou com alguma notação própria de artificial, na descrição do grau da via.

Já a quebra de agarras para aumentar a dificuldade de uma escalada é um sintoma diverso da mesma patologia: ocorre quando alguém, inconformado por não ter conquistado uma via mais exigente, comete a barbaridade de quebrar apoios naturais na rocha para torná-la mais difícil, iludindo a comunidade quanto à sua verdadeira dificuldade original. É tão estúpido que dispensa comentários adicionais, mas já ocorreu mais de uma vez e, por isso, vale a menção.

A segunda regra inegociável é a de que as vias alheias devem ser sempre respeitadas, goste-se delas ou não. Não se deve remover ou adicionar proteções fixas de qualquer espécie a uma escalada existente. Essa é uma medida elementar de educação e boa convivência que sempre existiu no meio da escalada, conhecida antes simplesmente como “respeito”, mas depois melhor explicitada pela adoção do termo “direito autoral”, tomado de empréstimo da literatura e da música.

A observância a essa regra também deve ser rigorosa, pois se alguém se julga no direito de colocar ou tirar proteções fixas de uma escalada qualquer, então *todos* podem reivindicar o mesmo direito. E se cada um sair alterando escaladas para adequá-las ao seu gosto particular, não é necessário um esforço muito grande de imaginação para prever as graves consequências que essa falta de limites traria. Nosso precioso acervo de vias logo se veria desfigurado por uma guerra de grampos ou chapas, que deixaria marcas físicas e emocionais irreparáveis.

Exceções óbvias ocorrem quando há consentimento dos conquistadores ou de quem tenha legitimidade para representá-los, como um clube, por exemplo; ou quando

ocorre uma modificação natural significativa, como a queda de um platô de mato ou um grande deslocamento.

Não pode haver condescendência ou acomodação com violações a esses dois princípios básicos se queremos que a escalada não degenera num lamentável vale-tudo, que daria um triste fim a séculos de tradição de fidalguia, arrojo e dedicação que sempre caracterizaram o esporte. Compete às entidades representativas do montanhismo e, sobretudo, a cada praticante individualmente, exercer uma vigilância constante em sua área, denunciando enfaticamente qualquer transgressão do tipo e reparando de imediato o problema no caso das proteções fixas, já que no caso das agarras isso é impossível.

O mal prospera quando as pessoas de bem nada fazem. (Edmund Burke)

A montanha compartilhada

Os montanhistas mais veteranos, i. e., aqueles que começaram a caminhar e escalar até o início dos anos 80, se lembram com nostalgia do tempo em que as montanhas (e outros ambientes naturais) eram vazias, frequentadas apenas por eles e seus companheiros dos clubes de montanhismo, por moradores locais aventureiros e por alguns eventuais tipos característicos: os rambos, com suas roupas camufladas e a indefectível faca sempre à mostra na cintura; os bichos-grilo, de cabelos longos e objetos pendurados do lado de fora da mochila; um grupo escolar ou outro. A partir desse momento, contudo, graças à novidade do profissionalismo e o consequente florescimento do mercado do turismo de aventura, que requer sempre novos clientes para se manter vivo, aliada à abundância de informações na internet, as montanhas passaram a ser invadidas por leva crescente de pessoas as mais variadas, com conhecimento, experiência, envolvimento e expectativas muito diferentes dos usuários originais.

Isso, é claro, tem um lado positivo, pois significa que mais pessoas estão buscando uma vida, ou ao menos uma atividade casual, mais saudável e em contato direto com a natureza. Se já era bem estudado o efeito benéfico sobre a saúde física e emocional das pessoas exercido pelas áreas naturais, até mesmo simples parques urbanos, a pandemia de Covid-19 aguçou essa percepção e aumentou bastante a procura por tais espaços em todo o mundo.

Entretanto, esse aumento de fluxo trouxe consigo também muitos problemas e gerou conflitos de uso que passaram a afetar tantos caminhadores quanto escaladores, que ficaram enciumados e ressentidos pela perda de exclusividade nas “suas” montanhas. Além da aceleração dos processos erosivos e de compactação do solo, do descarte inadequado de lixo e dejetos e da poluição sonora, o efeito mais evidente dessa maré humana é a pressão crescente para introdução nos ambientes naturais de elementos facilitadores do trânsito de frequentadores cada vez menos preparados. Estes incluem placas, marcações com tinta, pontes, corrimões, escadas, degraus na terra e na rocha, guarda-corpos, cabos de aço, correntes, alargamento de trilhas etc., o que afeta e, em casos extremos, descaracteriza por completo, o caráter selvagem desses ambientes. A natureza passou a ser subjugada para consumo não mais apenas em parques urbanos, projetados precisamente para isso, mas até em unidades de conservação de proteção integral, em que ela, em tese, deveria permanecer tão inalterada quanto possível.

Tais artifícios afetam mais diretamente as caminhadas, mas o processo acabou se estendendo às escaladas na forma de pressão por mais proteções fixas, pelo estabelecimento de *vias ferratas* e pela demanda por informações tão detalhadas (em croquis, guias, sites, fotografias, filmes, sobrevoo de drones, tracklogs, aplicativos e até plaquinhas na base de vias, como num supermercado) que se esvai, assim, parte considerável daquele sentimento de descoberta e exploração que sempre foi tão caro aos escaladores que prezam a aventura.

Na mesma toada, a maior eficiência alcançada pelos serviços públicos de resgate encoraja pessoas inexperientes a se aventurarem em caminhadas e escaladas além de suas reais possibilidades, ignorando que um dos princípios mais básicos dos montanhistas e escaladores que se prezam é não depender de auxílio externo para resolver os problemas em que se meteram voluntariamente. Muitas dessas pessoas estão em busca, na verdade, não de experiências enriquecedoras, que testem e agucem suas habilidades físicas e emocionais, mas, sim, de imagens que postarão em tempo real no universo de fantasia das redes sociais. A imagem deixa de ser a representação para se converter no objeto. Esse comportamento foi magistralmente apelidado por alguém de “egoturismo”.

Os vexames que essa gente passa acabam sendo indevidamente creditados aos montanhistas em geral, pois não há como o público leigo diferenciar uns de outros, e quando as autoridades se sentem pressionadas a adotar medidas para frear os absurdos mais evidentes desses novos aventureiros urbanos, elas acabam prejudicando os escaladores mais experientes e conscientes. A luta pela liberdade da prática da escalada, portanto, traz consigo o ônus de termos que contribuir com soluções para o manejo dessa superpopulação nas montanhas. São pontos críticos nesse sentido os roteiros comercialmente mais cobiçados, como a Pedra da Gávea, o Morro do Telégrafo e o Costão do Pão de Açúcar, todos no Rio de Janeiro, para citar apenas alguns exemplos.

Apesar de tudo, é difícil sustentar que a escalada seja uma atividade mais nobre ou mais importante do que outras tantas praticadas nos ambientes naturais, ou que os autênticos escaladores (digamos assim) sejam usuários mais legítimos do que os demais. O jeito, então, é se adaptar a essa nova realidade, orientando da melhor forma possível os novos escaladores e buscando boas formas de convivência com outros segmentos de visitantes: rapeleiros, highliners, turistas de aventura, ciclistas, religiosos, corredores de aventura, base jumpers, grupos de academia, turmas escolares, turistas, curiosos... Esse é um caminho sem volta, mera amostra de problemas que tendem a acontecer com frequência cada vez maior em um planeta superpovoado.

Mas não foram apenas tipos diferentes que encheram montanhas que eram antes um refúgio mais ou menos seguro da loucura e das pressões do mundo externo, cada vez mais complexo e massacrante. Agora, novos comportamentos invadem sem cerimônia o mundo da montanha, trazido na mochila dos novos frequentadores e mesmo na de alguns dos antigos.

Vê-se, hoje, uma compulsão desenfreada por desempenho, recordes, graus e *likes*, e o tribunal de exceção das redes sociais exerce implacável vigilância sobre todos, inibindo (para alguns) a livre e despreocupada prática do esporte, antes um de seus maiores atrativos. Esse conjunto de novidades, nem sempre bem-vindas, pode descaracterizar de vez o que muitos chamam de “o espírito da escalada”, caso a

comunidade, ou o que sobrou dela ainda com vínculos nas suas melhores tradições, não resistir de forma ativa e determinada.

Quem sabe faz a hora, não espera acontecer. (Geraldo Vandré)

O avanço do mundo moderno sobre a escalada

Ao contrário de 1983, os maiores problemas da escalada brasileira hoje não são suas contradições internas (salvo os casos já comentados de agarras cavadas e alteração indevida das vias alheias), mas, sim, influências externas mais abrangentes que se infiltram por diversas frestas no tecido do esporte e solapam a sua identidade e a sua estabilidade, e mesmo ameaçam a sua própria existência enquanto atividade autônoma ou esporte de aventura.

A conhecida revista norte-americana *Climbing*, em editorial, chamou a atenção, com muito propriedade, para o fato de que a sociedade atual parece se pautar pela busca obsessiva de dois valores considerados primordiais: *conforto* e *segurança*. Essa busca é sem dúvida bem sucedida, no sentido de que induz a criação de ecossistemas artificiais cada vez mais controlados e previsíveis para acomodar indivíduos cada vez mais dissociados do mundo natural. Nessas redomas idealizadas, as pessoas com suficientes recursos financeiros podem obter o que desejam empregando um esforço mínimo, e pretendem estar a salvo de qualquer ameaça à sua integridade física.

Mas, para que esse objetivo supremo de conforto e segurança máximos possa ser alcançado, cria-se uma série de problemas muito graves. A montanha de lixo plástico que emporcalha a terra e entope rios e oceanos, por exemplo, nada mais é do que fruto da comodidade proporcionada por embalagens descartáveis e outros tipos de resíduos. Paga-se dez vezes mais pelo sal em sachês do que a granel com o objetivo de aumentar a “segurança sanitária”, mesmo que bactéria alguma sobreviva nos cristais de cloreto de sódio. Brejos são aterrados, sepultando todas as formas de vida que ali habitam, para que não se sujem os sapatos das pessoas e se facilite a sua circulação. A obesidade induzida pelo sedentarismo e pela má alimentação, subproduto das facilidades do mundo moderno, é fonte comprovada de graves doenças cardiovasculares. Crianças criadas apartadas da natureza, porque esta é “suja” e “perigosa”, acabam muito mais propensas a manifestações alérgicas graves e, tementes de tudo no ambiente natural, não são capazes de desenvolver o seu pleno potencial físico e emocional. Os exemplos são numerosos.

Voltando à escalada, porém na mesma linha de raciocínio, diversas áreas públicas e privadas são fechadas à visita para “segurança” das pessoas, bem como para a (suposta) segurança dos próprios ambientes naturais. Ignora-se assim o inestimável valor do uso público para a conservação, expresso no velho lema dos ambientalistas, “conhecer para preservar”, e se endossam fechamentos abusivos de locais propícios ao montanhismo. Essas duas alegações, isoladas ou em conjunto, representam, há um bom tempo, a maior ameaça para a livre prática de caminhadas e escaladas, tanto em unidades de conservação públicas quanto em propriedades privadas. Agrava essa tendência o medo de eventuais ações judiciais no caso da ocorrência de acidentes, posto que a judicialização excessiva é outra característica negativa dos tempos atuais.

Quando áreas de interesse para o esporte não são simplesmente fechadas, outras ameaças igualmente sérias afetam de forma substancial a prática de escaladas, caminhadas e demais esportes de aventura. Por exemplo, a obrigatoriedade da contratação de “condutores de visitantes”, “monitores ambientais” ou quaisquer outros nomes que se lhes deem para ingresso em um parque ou em uma propriedade privada qualquer. Dessa forma, por definição, deixa de existir o *esporte de aventura*, com seus elementos típicos de risco calculado e incerteza de resultados, para ser substituído pelo *turismo de aventura*, entendido este como a prática dessas mesmas atividades com intermediação comercial, em programas de baixa exigência técnica e em condições super controladas.

Esportistas amadores são assim convertidos em turistas compulsórios, obrigados a pagar caro por um serviço que não desejam e não necessitam para que possam ter acesso a roteiros massificados e de modesta dificuldade técnica. Priva-se, dessa maneira, muitas pessoas do direito de experimentar a natureza de forma direta, não tutelada, e da oportunidade de desenvolver qualidades inatas de equilíbrio, força, elasticidade, orientação, julgamento e, sobretudo, de tomada de decisões em condições desafiadoras. Fecham-se, de forma arbitrária, as portas para um valioso processo de aprendizado e autoconhecimento em prol da comodidade de se nivelar por baixo os visitantes dessas áreas – e, claro, de ainda faturar algum nesse processo. Por isso, observa-se às vezes a tendência de serem proibidas escaladas enquanto caminhadas permanecem liberadas, com ou sem guias obrigatórios, pois estas trazem mais retorno financeiro com menos risco operacional.

Tal obrigatoriedade, felizmente, vem caindo na maioria dos lugares em que foi implantada, mas cabe fazer a ressalva de que a disponibilidade de serviços profissionais de guia para caminhadas, escaladas e esportes afins é muito importante e desejável, desde que em caráter *opcional*. Afinal, muita gente quer e precisa deles, e é imprescindível que existam bons guias ou condutores para atender a essa demanda, inclusive e especialmente moradores locais treinados para tal, o que ajuda a reforçar os elos entre as unidades de conservação e os habitantes do seu entorno

Para combater a ideia perniciosa da tutela compulsória nos ambientes naturais, é mais do que nunca necessário que os escaladores apoiem suas entidades representativas – clubes, federações e confederação –, pois estas terão muito mais legitimidade para negociar ou, conforme o caso, lutar, pelo acesso a áreas de interesse junto ao Poder Público e proprietários privados. Grandes avanços foram feitos nesse sentido graças ao trabalho incansável (e nem sempre visível) dessas associações, e o ICMBio, órgão responsável pela administração dos parques e demais unidades de conservação federais, já reconheceu a inadequação de fechamentos injustificados das áreas sob sua gestão, bem como a inconveniência da obrigatoriedade da contratação de uma babá para os visitantes – salvo em casos excepcionais, como onde há sítios arqueológicos ou cavernas com espeleotemas frágeis, que não podem correr o risco de depredação irremediável. A posição do órgão federal acaba influenciando positivamente órgãos estaduais e municipais e mesmo donos de terras onde hajam boulders, falésias e montanhas, mas esse é um problema recorrente, pontuado por avanços e retrocessos que exigem atenção e, sobretudo, atuação constante de todos.

O preço da liberdade é a eterna vigilância (Thomas Jefferson).

Nossas entidades representativas, incluídas aquelas de guias e instrutores profissionais, tocadas voluntariamente por pessoas com amor ao esporte e notável senso de responsabilidade para com suas tradições, história, acervo e destino do seu rico patrimônio, prestam muito outros serviços relevantes. Por exemplo, a preservação de áreas de escalada contra o fechamento ou destruição por empreendimentos privados ou públicos; a defesa dos princípios e valores do montanhismo; o estabelecimento de parâmetros de conduta consciente em ambientes naturais; a promoção do esporte dentro de critérios adequados de convivência entre seus adeptos; o combate a textos legais que proponham restrições absurdas; a solução de conflitos com outros segmentos de frequentadores das montanhas; a minimização do impacto da escalada sobre o ambiente natural etc. A lista é extensa, reflexo da enormidade e diversidade dos desafios atuais. Portanto, apoiar ativamente essas entidades é contribuir para o fortalecimento e, no limite, para a própria sobrevivência do esporte em muitos de seus picos mais importantes. É triste perceber, às vezes, não críticas válidas, mas ataques levianos e infundados a essas organizações, vindos em geral de pessoas que em nada contribuem para o fortalecimento da escalada, mas que não se envergonham de se beneficiar das suadas vitórias conquistadas por aqueles que criticam.

Evolução. Evolução?

Os escaladores brasileiros são obcecados pelo termo “evolução”. Uma rápida espiada em artigos, sites e vídeos de escalada é suficiente para se perceber como essa palavra é amplamente empregada, sempre com um único sentido: escalar graus mais altos. Para que se chegue ao resultado pretendido – alguns números e letras adicionados ao grau de momento –, vê-se, com frequência, o abandono de regras elementares, como no caso das agarras cavadas. Para alguns, esse é o valor maior, quiçá único, que a escalada tem a oferecer.

Há fatores externos ao esporte, característicos do mundo atual, que alimentam esse tipo de comportamento: individualismo extremo, narcisismo, culto ao desempenho, a busca frenética por *likes* no ambiente tóxico das mídias sociais... Observa-se uma necessidade doentia de muitas pessoas, hoje, se verem reconhecidas como vencedoras, e regras ou limites de qualquer espécie são um incômodo obstáculo nessa corrida maluca dos egos. Não surpreende, portanto, que tudo isso tenha rebatimento nos esportes em geral e na escalada em particular.

A diminuição do alcance dos clubes de montanhismo, que historicamente sempre divulgaram e defenderam os valores básicos da escalada e suas tradições, significa que há muitas pessoas chegando às montanhas sem noções básicas de comportamento, respeito e convivência, levadas por amigos tão despreparados quanto elas ou, pior, por alguns filmetes no Youtube. Não que os clubes estejam mal; eles estão como sempre estiveram, nos seus melhores momentos. Contudo, agora falam apenas para uma modesta fração dos novos praticantes, tendo sido substituídos pelos muros de escalada como principal porta de entrada para o esporte na atualidade – que passam, assim, a ter uma responsabilidade tremenda em suas mãos.

Muitas vezes vemos a palavra “evolução” ser empregada em ações que não representam, de fato, qualquer avanço, ou até associada a claras *involuções*. Como chamar de evolução a equipagem com corda de cima, em um final de semana, de uma dezena de vias de dificuldade baixa em uma falésia calcária qualquer, impedindo, no atacado, que estas pudessem ser abertas no estilo tradicional, de baixo para cima, talvez total ou parcialmente protegidas com material móvel? Sendo de graus pífios para a escalada esportiva, vias assim nada mais são do que produtos de uma linha de montagem, escaladas sem alma que eliminam outras dimensões e outros valores que poderiam ter sido postos em prática, e desfrutados, no processo de sua abertura.

Tivessem sido abertas de baixo para cima, ao final teríamos as mesmas escaladas de graus moderados para as pessoas poderem se divertir e se aprimorar, porém teríamos também histórias de incerteza, coragem e superação, histórias de pessoas enfrentando o medo e desafios que não conhecem de cor, tomando decisões cruciais quanto ao melhor itinerário a seguir, que proteção utilizar, onde conseguir um ponto de descanso entre os movimentos para instalar a proteção, móvel ou fixa. Histórias de cumplicidade e parceria entre amigos encarando um obstáculo natural, daquelas que se guardam com carinho na memória e se contam em rodas de conversa com outros amigos. Matéria-prima para relatos escritos que são um misto de entretenimento e inspiração, que fazem com que a escalada seja disparada, dentre todos os esportes, aquele com a mais rica literatura. Já a abertura massificada de vias com propósitos meramente utilitários não enseja nada disso, apenas meras anotações de dados numa planilha de *route-setters* ao ar livre.

Não é correto que um estilo se imponha sobre os demais pela mera força de sua popularidade e do número de praticantes envolvidos, limitando a diversidade que sempre foi um dos maiores atrativos do esporte. Aliás, é preocupante ver áreas inteiras onde essa diversidade é ostensivamente desestimulada, seja na censura às vias móveis nos guias locais, seja na chapeleteação indiscriminada de todas as vias, com a deliberada indução das pessoas a aderirem a um estilo único e homogêneo. Isso leva à formação de escaladores incompletos que, assim, jamais terão como escalar por conta própria em locais icônicos da escalada mundial como Yosemite, Bariloche, Arenales, Stanage, Arapiles, Elbsandstein e tantos outros, porque aprenderam que só se escala com chapas fixas de metro em metro.

Há, inclusive, uma curiosa contradição aí. Se dificuldade é o objetivo a ser perseguido, escaladas abertas de baixo para cima com proteção móvel são muito mais exigentes do que se se fossem equipadas com corda de cima e guiadas com as costuras já penduradas em chapas. Olhando para o quadro maior, no entanto, é fácil perceber que a escalada esportiva se conforma melhor ao apelo irresistível por conforto e segurança da sociedade moderna, conforme apontado pela *Climbing*, do que a escalada tradicional ou a de grandes paredes. Estas, com seus perrengues (e recompensas associadas) e a necessidade de aprendizado e preparação muito maiores para se atingir graus equivalentes, sem falar no equipamento requerido, não se prestam tanto à obtenção dos resultados rápidos que o mundo moderno reclama.

O aporte anual de um número cada vez maior de novos praticantes iniciados no esporte com essa visão parcial retroalimenta o processo de homogeneização, apagando a história. É minimizada, quando não ridicularizada, a importância de outras abordagens e,

sobretudo, é negada às pessoas, até certo ponto, a possibilidade de extrair da escalada diferentes experiências enriquecedoras, capazes mesmo de transformar as suas vidas – algo que o mero desempenho atlético, por mais impressionante que seja (e ele o é!), não oferece.

No aclamado filme *Geração Lendária*, o escalador carioca Alexandre Portela observa que as escaladas, que antes eram grampeadas para que as pessoas não morressem, passaram a ser grampeadas para que não se machucassem. Num processo contínuo de domesticação da natureza para atender à massificação da atividade, agora muitas vias são preparadas para que o escalador não sinta mais medo, por contar sempre com uma chapeleta na altura do pé e outra na da cabeça, ou pouco mais que isso. Mal dá para dizer que alguém “guia” vias assim.

Um esporte que por séculos foi sinônimo de arrojo e autocontrole, agora, por força (repetimos) do imediatismo de resultados e da valorização exacerbada do binômio “conforto e segurança”, vai sendo rapidamente transmutado em mera atividade recreativa de cunho atlético, que requer qualidades semelhantes às exigidas pelas modalidades olímpicas de atletismo, por exemplo. Não que isso seja pouco, pelo contrário. É necessária uma dedicação devocional em termos de treinamento, sacrifícios pessoais e obstinação para se atingir um nível elevado nessas modalidades, bem como para se escalar as vias esportivas mais duras. Mas, ainda assim, esse é um resultado limitado perto do que a montanha tem a nos oferecer.

Todo um outro conjunto de qualidades e habilidades específicas se perde dessa forma, pois na escalada esportiva o foco é todo no indivíduo, em quem está tentando a cadena. Para alguns, a segurança poderia ser dada por um robô – o que talvez fosse até mais valorizado, por afastar a possibilidade de falha humana e não necessitar da boa vontade de seguradores pacientes nos projetos mais demorados. Já na escalada tradicional e na de grandes paredes a parceria é um elemento bem mais essencial da atividade, e tanto conquistas quanto repetições nesses estilos refletem essa característica, deixando para trás, além de uma nova linha na rocha, um rico conjunto de vivências.

As palavras acima, claro, não devem ser interpretadas de forma absoluta, e decerto existem muitas nuances e exceções louváveis. Elas exprimem, no entanto, preocupação com a contínua perda das características originais do esporte, afastando-o cada vez mais de suas raízes sem que muitos sequer o percebam, ofuscados pela “hype” dos graus e das postagens em tempo real no Instagram. Quando falésias inteiras com fendas e outras possibilidades de proteção móvel são chapeletadas de cima para baixo para se criar uma espécie de ordenado ginásio ao ar livre, os novatos no esporte são induzidos a crer que a escalada se resume a isso. Torna-se mais difícil para eles, também, experimentar algo diferente, com o que poderiam até se identificar mais, como inclusive ocorre com muitos egressos da escalada esportiva que se encantam quando, enfim, rompem a bolha e “descobrem” a escalada tradicional ou a de grandes paredes.

David Wetmore escreveu para *Climbing*, no início de 2022, um artigo intitulado *Dicas para aproveitar mais a escalada – pare de perseguir graus*, em que alerta que essa compulsão que leva alguns, às vezes, a se referirem às vias pelos seus graus e não mais pelos seus nomes, pode roubar o genuíno prazer da escalada, do movimento livre e despreocupado pela rocha. Disse ele: “Em algum ponto do seu caminho na escalada – não

importa quem você seja – provavelmente ficará preso na armadilha de uma expectativa sem fim, da comparação com os amigos e da insidiosa necessidade de ficar cada vez melhor. Aqui está como superar isso e voltar a curtir a escalada.”

A escalada tradicional e a escalada esportiva não são atividades excludentes. Elas podem, e devem, conviver harmonicamente, inclusive nas mesmas áreas. Basta que haja compreensão histórica do desenvolvimento do esporte, honrando os feitos dos que nos precederam e, sobretudo, respeito pela diversidade, se abstendo de metralhar com chapas locais que claramente podem ser enfrentados de forma mais... esportiva.

Distopia

Numa breve nota final, podemos imaginar se essa busca por conforto e segurança crescentes, no limite, não pode levar a escalada e os demais esportes de aventura a serem afetados de uma maneira ainda mais radical. Se hoje já há vídeos que mostram escaladas passo a passo, enfiada por enfiada de corda, e croquis em 3D para que os expectadores se “sintam” em vias nas quais ainda não foram, ou que não terão condições de ir nunca, a promessa da realidade virtual absoluta, o Metaverso ou algo parecido, em dispositivos 6G ainda em fase embrionária de concepção, pode vir a ser defendida como um substitutivo válido para a atividade real. Afinal, se a ideia da RV é proporcionar *exatamente* a sensação de que se está interagindo com o mundo real, então, por que não?

“Escarar” reclinado em uma poltrona, com óculos ou capacetes de alta tecnologia, ouvindo sua música preferida e “sentindo” de forma muito realística os perrengues de uma escalada atenderia, de forma exemplar, ao princípio de conforto e segurança máximos, e tem potencial para atrair muitos adeptos. Seria uma ressignificação triunfal do antigo termo inglês *armchair climber*, ou “escalador de poltrona”, aquele que possui uma vasta biblioteca sobre o assunto, tudo sabe sobre a escalada em todas as partes do mundo, mas quase nada a pratica. Estes, assim, poderiam não apenas ler sobre, mas também “escalar” as vias disponíveis em sua biblioteca virtual, adquiridas por preço módico em pacotes por área, tipo, grau ou qualquer outro critério, disponíveis em um catálogo de streaming.

Será que os escaladores virtuais, em seus crescentes números, não teriam também reivindicações específicas? O de serem considerados integrantes de um novo estilo, talvez? Ou o de fundarem uma associação para ter seus interesses representados junto às associações esportivas? Pior ainda: e se, no futuro, legisladores bem-intencionados, visando à redução de acidentes e respectivos custos de busca, salvamento, hospitalares e funerários aprovarem leis banindo a escalada real em favor de seu correspondente virtual, muito mais seguro, confortável, livre de preocupações de caráter ambiental e, ainda, passível de lucrativa exploração publicitária?

Isso tudo, claro, é pura especulação. Contudo, embora esse cenário hoje pareça um tanto bizarro, ele não é de forma alguma impossível e nem mesmo improvável, ao menos em parte. Lembra um episódio da série televisiva *Black Mirror*, onde são apresentadas possibilidades hipotéticas assustadoras num futuro próximo, decorrentes do uso de tecnologia avançada já existente ou em desenvolvimento. Portanto, cabe a reflexão sobre essa que seria a ruptura completa com um esporte cuja bela tradição remonta ao

século XVIII, que dessa forma poderia ser definitivamente trocado por um simulacro adequado a uma humanidade cada vez mais apartada do mundo real.

Conclusão

A escalada com propósitos não utilitários surgiu do desejo irresistível de se atingir os pontos elevados da superfície terrestre por curiosidade, vaidade ou ambos, envolvendo elementos de exploração, desafio, risco e superação. Uma vez conquistados os cumes mais evidentes, o desejo não diminuiu, pelo contrário. Ele apenas foi canalizado para repetições das escaladas pioneiras; para a abertura de novas rotas em montanhas já escaladas; para outros objetivos antes negligenciados, como falésias e boulders; e para uma grande diversificação que transformou a escalada moderna num caleidoscópio de estilos, subestilos e híbridos com outros esportes de aventura.

Desenvolveu-se aos poucos um *ethos* próprio para esse conjunto de atividades intimamente relacionadas, e foram estabelecidos limites bem definidos para os meios a serem empregados nas ascensões de cada modalidade (ou jogo), de forma a ser preservada a esportividade. Se essa autoimposta limitação não existisse, o valor intrínseco das escaladas se perderia. Oxigênio artificial “reduz” a altitude das grandes montanhas em milhares de metros; escadas são uma forma ridícula de se galgar boulders ou falésias; artificiais fixos subjugam qualquer parede rochosa. Os exemplos de meios desproporcionais ao desafio são numerosos, mas a comunidade de escaladores sabiamente reconheceu isso e muito cedo propôs limites ao seu emprego para que não fosse perdida a essência da atividade. Manter de pé essa decisão, no entanto, tem sido uma luta sem trégua, e embora sejam numerosos aqueles que lamentam a ocorrência de certos fatos negativos, raros são os que efetivamente se mexem para preveni-los ou consertá-los, seja por preguiça ou por uma atitude fatalista perante um destino que julgam inevitável.

O surgimento de novos estilos para atender a interesses e desafios específicos gerou tensões, que foram se dissipando à medida em que se desenvolveram formas mais ou menos satisfatórias de acomodar os conflitos surgidos. Restou resolver apenas, em parte, o efeito do rolo compressor da cultura da escalada esportiva sobre linhas claramente propícias a escaladas tradicionais, inclusive de elevada dificuldade, o que foi discutido acima.

Tudo isso, bem ou mal, vinha sendo resolvido dentro da própria comunidade dos escaladores. Eis, contudo, que uma legião de outros atores passou a frequentar as montanhas, sem conhecimento ou apreço pelas tradições e regras sensatas do montanhismo. Essas pessoas, bastante diversas na sua origem, trouxeram consigo valores alheios aos que permearam e orientaram a atividade até então, e assim as montanhas deixaram de ser o refúgio que eram, ao menos parcial, das obrigações do “mundo exterior”. Isso porque o novo cenário leva o poder público a impor cada vez mais regras, registros, certificações e proibições para manejar números crescentes e cada vez menos preparados de frequentadores.

Previsivelmente, esse fato levou a uma pressão constante por um maior aparelhamento de trilhas e vias de escalada para atender à demanda dessa nova população,

o que levou à alteração de diversos roteiros tradicionais mais frequentados, alguns ao ponto da completa descaracterização. Esse processo é mais visível nas caminhadas, mas as escaladas também não escaparam, no sentido de que há os que pretendem que elas se tornem, cada vez mais, uma atividade recreativa *mainstream*, pautada pela previsibilidade, busca da certeza máxima de resultados e pela (tentativa de) eliminação de possíveis riscos, o exato oposto do espírito de exploração e aventura que impulsionou o esporte desde os seus primórdios.

Nesse contexto, a existência de um estilo que propõe eliminar por completo todos os elementos de incerteza e risco para que se possa focar exclusivamente na dificuldade técnica pura, vem servindo como uma porta destrancada para a rápida absorção desses novos contingentes ávidos por experiências “radicais”. Estes, por sua vez, acabam por reforçar essa abordagem da escalada como sendo a única válida, levando a uma hipertrofia que ameaça sufocar outros estilos e outras formas de se relacionar com a montanha em geral e a rocha em particular.

Cabe então a cada um individualmente, e à comunidade como um todo, refletir sobre o que se quer para o futuro da escalada brasileira. Decidir se vamos preservar a diversidade de estilos e as oportunidades para experiências aventurosas, reafirmando o seu caráter diferenciado no amplo universo das atividades esportivas; ou, por ação ou omissão, deixá-la se tornar de vez uma mera atividade recreativa ou um esporte de desempenho igual a tantos outros.

Petrópolis, setembro de 2022